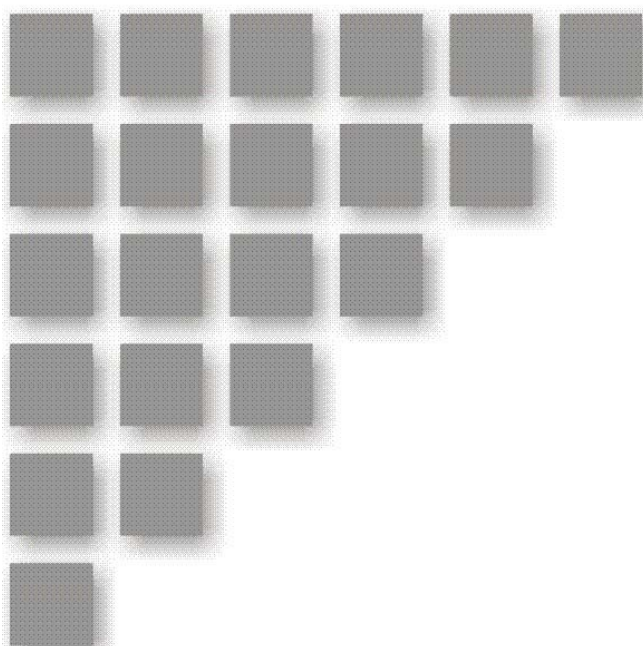
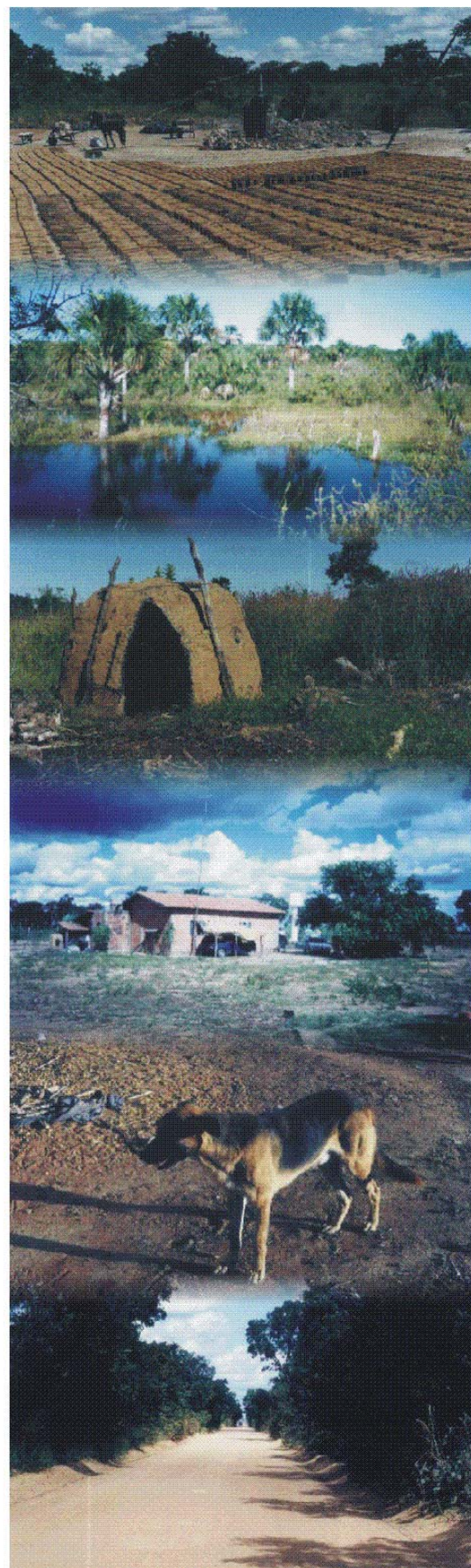




**Diagnóstico
Sócioeconômico e
Ambiental e
Projeto Final de
Assentamento do
PA Feliz União**



Anotação de Responsabilidade Técnica
PA FELIZ UNIÃO

Coordenação

Professor José Ambrósio Ferreira Neto
Sociólogo

Consultores

Professor Márcio Mota Ramos
Engenheiro Agrônomo
CREA-MG 11377-D

Walder Antônio de Albuquerque Nunes
Engenheiro Agrônomo
CREA-RO 1379-94

Geraldo Magela Damasceno
Engenheiro Civil
CREA-MG 54324-D

Leandro Santana Moreira
Biólogo
CRBio-04 – 37446-4P
11097250

Equipe Responsável pela Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e
Ambiental e do Projeto Final de Assentamento do PA FELIZ UNIÃO

Coordenação Geral

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Recursos Hídricos

Socioeconomia

Mariana Rodrigues dos Santos

Engenheira agrônoma

Mestre em Extensão Rural

Cobertura Vegetal e Solos

João Carlos Ker

Engenheiro Agrônomo

Doutor em Ciência dos Solos

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro agrônomo

Doutor em Ciência dos Solos

Geomática e Geoprocessamento

Rogério Mercandelle Santana

Engenheiro Agrimensor

Mestre em Engenharia Civil

Doutorando em Engenharia Civil

Meio Biótico

Leandro Santana Moreira

Biólogo

Emílio Campos Acevedo Nieto

Graduando em Medicina Veterinária

Recursos Hídricos e Infra-estrutura

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutorando em Engenharia Agrícola

Sumário

1.	CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO.....	7
1.1.	Denominação do PA.....	7
1.2.	Data de criação.....	7
1.3.	Distrito e Município/UF, Mesorregião/Microrregião FIBGE e Região Administrativa de Minas Gerais	7
1.4.	Número de famílias.....	7
1.5.	Identificação, localização do imóvel e vias de acesso	7
1.6.	Área	7
1.7.	Perímetro	7
1.8.	Coordenadas UTM.....	8
1.9.	Sub-bacias hidrográficas	8
1.10.	Planta do Imóvel Georreferenciada	8
1.11.	Limites (propriedades confrontantes/ atividades desenvolvidas, presença de Uc's, reservas indígenas etc).....	8
2.	HISTÓRICO DO PA.....	9
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PA.....	11
3.1.	DIAGNÓSTICO EXPEDITO DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO	11
3.1.1.	Clima	11
3.1.2.	Geologia/formações superficiais	11
3.1.3.	Geomorfologia/relevo.....	12
3.1.4.	Solos e ambientes	13
3.1.5.	Recursos hídricos	14
3.1.6.	Vegetação.....	18
3.1.6.1.	Cerrado	18
3.1.6.2.	Cerradão	19
3.1.6.3.	Vereda	20
3.1.6.4.	Mata de Galeria e Mata Ciliar	20
3.1.7.	Fauna silvestre.....	22
3.2.	DIAGNÓSTICO DO USO ATUAL DOS RECURSOS NATURAIS E DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	29
3.2.1.	Organização territorial atual.....	29
3.2.2.	Descrição dos atuais sistemas de produção e do uso e manejo dos recursos naturais	31
3.2.2.1.	Sistema de Produção.....	31

3.2.2.2.	Vegetação.....	32
3.2.3.	Descrição dos sistemas de processamento e comercialização da produção.....	34
3.3.	DIAGNÓSTICO DESCRITIVO DO MEIO ANTRÓPICO (SOCIOECONÔMICO)	35
3.3.1.	População	35
3.3.2.	Moradia e saneamento	35
3.3.3.	Captação e abastecimento de água e energia	39
3.3.4.	Saúde.....	41
3.3.5.	Estradas e transporte.....	41
3.3.6.	Educação	42
3.3.7.	Organização social e econômica	42
3.3.8.	Aspectos culturais.....	43
3.3.9.	Relação com o Poder Público Local, Estadual e Federal e com Entidades de Classes, Igrejas, ONG's etc.....	43
4.	LEVANTAMENTO DO PASSIVO AMBIENTAL	44
4.1.	IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES	44
4.1.1.	Da organização territorial.....	44
4.1.1.1.	Organização espacial dos lotes e área de reserva, áreas coletivas ou comunitárias.....	44
4.1.1.2.	Solos	45
4.1.1.3.	Estradas.....	45
4.1.2.	Da construção de infra-estrutura	45
4.1.2.1.	Moradia e saneamento	45
4.1.2.2.	Outros	46
5.	PROJETO FINAL DE ASSENTAMENTO	50
5.1.	MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS AOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS IDENTIFICADOS	51
5.1.1.	Posto de Saúde e Educação	51
5.1.2.	Educação ambiental com ênfase na questão do lixo.....	52
5.1.3.	Assistência técnica	54
5.1.4.	Fiscalização Ambiental (IEF/IBAMA/Polícia Florestal)	54
5.2.	MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE INFRA-ESTRUTURA.....	55
5.2.1.	Estradas.....	55
5.2.2.	Saneamento Básico.....	56
5.2.3.	Regularização dos lotes com problemas	58
5.3.	MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS AMBIENTAIS	59

5.3.1.	Recursos Hídricos.....	59
5.3.1.1.	Veredas.....	59
5.3.2.	Solos	59
5.3.2.1.	Erosão.....	59
5.3.2.2.	Pastagens	64
5.3.2.3.	Baixa fertilidade	68
5.3.3.	Vegetação.....	68
5.3.3.1.	Mata de Galeria	68
5.3.3.2.	Uso do fogo.....	71
5.3.3.3.	Cerrado	71
5.3.3.4.	Reserva legal coletiva e áreas de preservação permanente.....	72
5.3.4.	Fauna.....	73
5.3.4.1.	Animais Silvestres.....	73
5.3.4.2.	Animais Domésticos	74
5.4.	O DELINEAMENTO DO PROJETO FINAL DO PA FELIZ UNIÃO	75
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
	ANEXOS.....	78

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)

1.1. Denominação do PA

Projeto de Assentamento Feliz União.

1.2. Data de criação

24 de junho de 1996.

1.3. Distrito e Município/UF, Mesorregião/Microrregião FIBGE e Região Administrativa de Minas Gerais

- Município de Lagoa Grande.
- Mesorregião: noroeste mineiro.
- Microrregião: Paracatu.
- Região Administrativa de Minas Gerais: noroeste de Minas.

1.4. Número de famílias

52.

1.5. Identificação, localização do imóvel e vias de acesso

O Assentamento localiza-se a 21 km da sede do município de Lagoa Grande, noroeste do estado de Minas Gerais. O acesso ao imóvel dá-se, partindo da sede do município, pela estrada de terra que de acesso à BR-040 e ao município de João Pinheiro. A entrada do Assentamento localiza-se próximo a Vereda do Tamanduá; entrar a esquerda e percorrer cerca de 2 km até a sede do projeto.

1.6. Área

2.508,26 ha

1.7. Perímetro

37.146,14 m

1.8. Coordenadas UTM

O PA está localizado nas coordenadas UTM de 342.072,2805 e 8.052.751,1033 m.

1.9. Sub-bacias hidrográficas

- Sub-bacia do Rio Paracatu.
- Bacia do Rio São Francisco.

1.10. Planta do Imóvel Georreferenciada

1.11. Limites (propriedades confrontantes/ atividades desenvolvidas, presença de Uc's, reservas indígenas etc)

Na região onde se localiza o PA Feliz União não existem unidades de conservação nem reservas indígenas. Predomina, no local, a atividade agropecuária, com ênfase na pecuária extensiva e na produção irrigada de grãos, principalmente de feijão, soja e milho. Em razão do padrão de utilização das terras, observa-se, nos últimos dez anos, intensificação do conflito fundiário, com ampliação da demanda por terra e do número de assentamentos rurais.

Além do PA Feliz União, o município conta com o PA Santo Antônio, o PA Barreirão, o PA Nova Conquista e o PA Aliança e Progresso, sendo os dois últimos vizinhos ao Assentamento em questão. A população residente nos assentamentos é quase equivalente ao total da população rural do município de Lagoa Grande, criado em meados da década de 90.

Confrontantes:

- **Norte:** Projeto de Assentamento Aliança e Progresso e White Martins;
- **Leste:** Edson Peres e estrada municipal que liga João Pinheiro a Lagoa Grande;
- **Sul:** Mannesman e Vereda Tamanduá;
- **Oeste:** Projeto de Assentamento Aliança e Progresso.

2. HISTÓRICO DO PA

O processo de luta pela terra no município de Lagoa Grande, inicia-se antes mesmo do surgimento do próprio município. Esse processo tem início quando, em meados dos anos 80, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Olegário, município ao qual estava vinculado o então distrito de Lagoa Grande, começa a organizar os trabalhadores rurais em torno da luta pela reforma agrária. Essas ações refletiam a intensificação da atuação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, em todo o noroeste Mineiro a partir de seu pólo regional localizado em João Pinheiro. Em 1987 o STR de Presidente Olegário amplia suas ações e começa a fazer reuniões com trabalhadores rurais do município e de cidades vizinhas, com o objetivo específico de organizar um grupo de famílias para promover a ocupação da fazenda Buenos Aires. É em torno da longa luta dos trabalhadores rurais pela conquista da fazenda Buenos Aires, hoje PA Barreirão, que foram criados os PAs Aliança e Progresso, Nova Conquista e o PA Feliz União, num processo que culminou também com a criação do município de Lagoa Grande.

Especificamente, o PA Feliz União tem origem na desapropriação de duas propriedades, a Fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a Fazenda Pernambuco, ambas consideradas improdutivas pelo INCRA, conforme laudo de vistoria realizado em fevereiro de 1996. A única atividade produtiva existente nessas fazendas era a produção predatória de carvão vegetal, com utilização da mata nativa de Cerrado.

Mantendo a tradição do sindicalismo na região, o STR de Lagoa Grande foi o principal mediador no processo de organização dos trabalhadores para as ações que culminaram com a criação do Assentamento. Esse processo contou também com o apoio da Prefeitura Municipal e com o Movimento Grito da Terra Brasil, vinculado à CONTAG.

Após alguns meses de organização e mobilização, em meados de julho de 1995, cerca de 94 famílias ocuparam a área como forma de pressionar o INCRA a realizar vistoria no imóvel, uma vez que os trabalhadores já haviam identificado como improdutivo. O proprietário recorreu à justiça tendo conseguido mandado de reintegração de posse que foi imediatamente cumprido pela polícia, decorridos poucos dias da ocupação. Como forma de manter a mobilização das famílias, os trabalhadores, após a desocupação pacífica, resolvem montar acampamento às margens da estrada que dá acesso ao município, onde permaneceram por vários meses.

Essa fase de acampamento foi marcada por muitas dificuldades em virtude das chuvas e dos ventos que desmontavam as barracas e pela poeira da estrada, além das ameaças de agressão feitas pelos antigos empregados da fazenda. O acampamento durou cerca um ano e durante esse tempo, os acampados contaram com o apoio da prefeitura municipal que realizou a doação de cestas básicas. Neste período, os acampados se revezavam: uns trabalhavam, enquanto outros zelavam pela segurança das famílias no acampamento. As crianças, enquanto estavam no acampamento, ficaram sem estudar até o momento que a prefeitura providenciou transporte para levá-las à escola.

Quando os acampados souberam que outros trabalhadores acampados em uma fazenda vizinha haviam conseguido a desapropriação da mesma, dando origem ao PA Aliança e Progresso, optaram por retomar a ocupação como forma de reforçar a pressão sobre o INCRA. Após o laudo de vistoria que declarou a área como improdutiva, o INCRA solicitou a sua desapropriação, que ocorreu por Decreto Presidencial de 24 de junho de 1996. No entanto, como a imissão de posse na área ainda não havia ocorrido, os trabalhadores continuaram a viver nas mesmas condições em que viviam no acampamento. Após esperarem por vários meses para que o INCRA iniciasse o processo de parcelamento e liberação das linhas de crédito, os trabalhadores decidiram realizar a medição da área por conta própria. Assim, utilizando-se de uma corda, os trabalhadores dividiram a área em lotes de 1.150 m por 450 m, como forma de possibilitar as famílias melhores condições para iniciarem a produção. A imissão de posse ocorreu apenas em 16 de setembro de 1997, quando, finalmente o INCRA iniciou o parcelamento definitivo da área, com a liberação do crédito para habitação e investimento.

Antes da criação do PA Feliz União, os atuais assentados trabalhavam como arrendatários, parceiros e bóias-frias na zona rural do município e na produção de carvão. Suas condições de vida eram muito precárias devido às instabilidades financeiras impostas pelas condições de trabalho como diaristas. A grande maioria das famílias residia em Lagoa Grande e em municípios vizinhos, como João Pinheiro e Presidente Olegário.